

Vigilância

registros de câncer no Brasil

Os registros de câncer são fontes imprescindíveis para o desenvolvimento de pesquisas epidemiológicas e clínicas, como também para planejamento e avaliação das ações de controle. Os Registros de Câncer de Base Populacional (RCBP) surgiram no Brasil em fins dos anos 1960 por iniciativas que buscavam a obtenção de informações sobre morbidade por câncer no país, como se verificava em diversas partes do mundo. No início dos anos 1980 surgiu no INCA o primeiro Registro Hospitalar de Câncer (RHC) brasileiro.

Os RCBP produzem informações que permitem descrever e monitorar o perfil da incidência, enquanto os RHC reúnem informações que têm por finalidade a avaliação da qualidade da assistência prestada a pacientes atendidos em determinado hospital ou num conjunto de hospitais.

Histórico dos Registros de Câncer no Brasil Registros de Câncer de Base Populacional

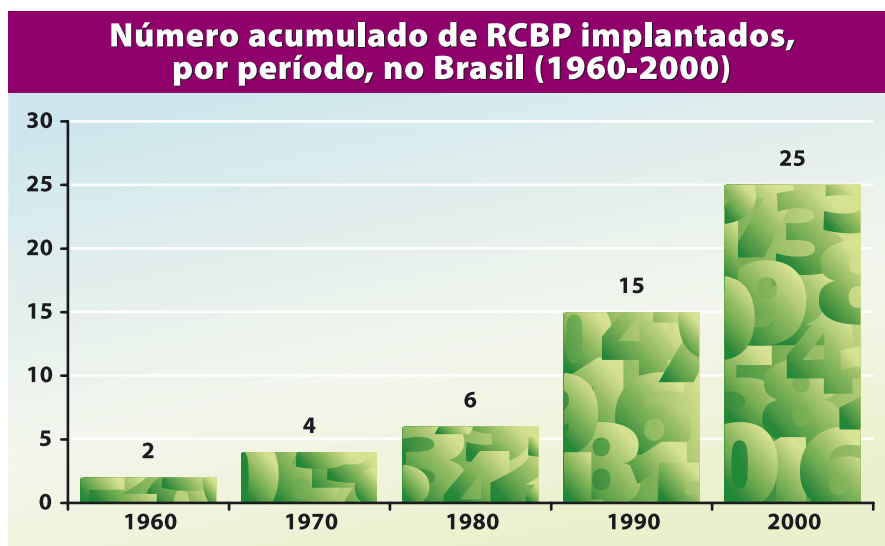


Fonte: INCA/MS/CONPREV/Divisão de Informação

Havia no Brasil em fins dos anos 1980 seis RCBP distribuídos entre as cinco macrorregiões geográficas, cobrindo aproximadamente 11% da população do país. Nos anos 1990 surgiram RCBP em mais nove cidades, elevando a cobertura nacional para 19,5%. A partir do ano 2000, 12 novas cidades foram incorporadas, totalizando 25 RCBP, aumentando a cobertura nacional para 23%.

Atualmente, há informações publicadas de 19 dos 25 RCBP (76,0%), resultando numa cobertura da população brasileira de 18,7%. Dos 19 registros com dados publicados, cinco estão em cidades com mais de 2 milhões de habitantes, sete em cidades de 1 a 2 milhões e sete em cidades com menos de 1 milhão de habitantes. Destas 19 bases de dados, 13 (68,4%) contêm informações de pelo menos três anos-calendário.

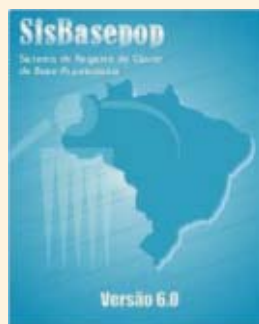
A partir de 2005, os RCBP também passaram a ser apoiados pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, no âmbito da vigilância de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis (DANT), com repasse de recursos do teto financeiro da vigilância em saúde a secretarias estaduais, municipais e outras instituições que mantêm esses registros, como prevê a Portaria 2.607, de dezembro de 2005.



INCA/MS/CONPREV/Divisão de Informação

Os RHC cresceram em quantidade a partir de 1998, quando a Portaria 3.535, do Ministério da Saúde, tornou-os obrigatórios em todas as unidades de atendimento de alta complexidade em oncologia no SUS. Recentemente, a Portaria 741 (SAS/MS), de dezembro de 2005, reafirmou o papel dos RHC e definiu prazos para consolidação, em nível nacional, das bases de dados hospitalares. Em parceria com a Universidade de São Paulo, o INCA desenvolveu o aplicativo RHCnet, em fase final de homologação, para agilizar a consolidação das bases hospitalares por meio da ferramenta SisRHC. Este aplicativo estará em operação a partir de 2007, recebendo dados de todos os RHC das diversas unidades da Federação.

Integração dos Sistemas SisRHC e SisBasepop



De 30 a 50% dos casos registrados nos RCBP são oriundos de informações dos RHC

Fonte: INCA/MS/CONPREV/Divisão de Informação